



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

OBJETO

CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA (ECG), POR TELEMEDICINA A (DISTÂNCIA VIA INTERNET), COM UM EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SEMUSA DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ-BA.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:	DIA 13/09/2024, ÀS 09:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	compras@itubera.ba.gov.br

O VALOR GLOBAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.463,88 (Nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos);

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SEMUSA DE ITUBERÁ - BA.

☎ (73) 3256-8100

✉ administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br

📍 Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 – Ituberá – Bahia



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

DISPENSA DE VALOR Nº 036/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE ITUBERÁ, Inscrito no CNPJ Nº 14.195.333/0001-28, com sede localizada na Rua Coronel Barachísio Lisboa, nº 91 – Bairro Centro – CEP 45.435-000, por intermédio da Superintendência Municipal de Licitação e Contratos, torna público que realizará Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 01, de 14 de fevereiro de 2023 (SEMAD), e demais exigências estabelecidas neste Edital, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, objetivando obter a melhor proposta, observadas as informações discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:	DIA 13/09/2024, ÀS 09:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	compras@itubera.ba.gov.br

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto desta Dispensa de Licitação a **CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA (ECG), POR TELEMEDICINA A (DISTÂNCIA VIA INTERNET), COM UM EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SEMUSA DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ-BA.**

1.2. Compõem este aviso, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 1.2.2. ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- 1.2.3. ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;
- 1.2.4. ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

☎ (73) 3256-8100

✉ administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br

📍 Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 – Ituberá – Bahia



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Ituberá/Bahia, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

ÓRGÃO:	11.000	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
UNIDADE:	11.020	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.122.30.2.130	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SEC. MUN. DE SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.301.30.2.139	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.302.30.2.133	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
PROJ/ATIVIDADE:	10.302.30.2.205	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITUBERÁ
ELEMENTO DE DESPESA:	33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTES DE RECURSOS	1.500.1002 / 1.635.0000 / 1.600.0000/1.621.0000/1.707.0000	

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1. O valor global estimado para contratação será de R\$ 9.463,88 (Nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos);

4. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1. O prazo para envio da documentação de habilitação e proposta de preço/cotação é de **3 (três) dias úteis**, a partir da data da divulgação deste aviso no site. Os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: **compras@itubera.ba.gov.br**, preferencialmente fazendo referência a esta **DISPENSA**.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

4.1.1. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **13/09/2024 às 09:00h**

4.2. Habilitação Jurídica, Fiscal e Econômica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com dirigentes ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Cópia da Cédula de Identidade (RG) dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades;
- i) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Fornecedor;
- j) Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa jurídica emitida até 60 (dias) dias antes da data de autuação.
- k) Declaração do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa, conforme descrito no Ar. 68, inciso VI da Lei 14.133/2021 (ANEXO IV).

5. DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá através de depósito em conta corrente da

☎ (73) 3256-8100

✉ administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br

📍 Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 – Ituberá – Bahia



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos itens, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 6.1. Poderá o Município revogar o presente aviso, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 6.2. O Município deverá anular o presente aviso, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 6.3. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Ituberá-BA, 10 de setembro de 2024.

LUZINÉLIA DE OLIVEIRA SANTOS

Superintendência de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Ituberá



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ**

ANEXO I

DISPENSA DE VALOR Nº 036/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui o objeto do presente Termo de Referência, CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA (ECG), POR TELEMEDICINA A (DISTÂNCIA VIA INTERNET), COM UM EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SEMUSA DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ-BA.

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se tal contratação pela necessidade de realização de exames mais efetivos para auxiliar no diagnóstico dos pacientes do Hospital Municipal Dr. Antônio da Costa Pinto Dantas e do serviço de Atenção Primária à Saúde. Recomenda-se que todos indivíduos com dor torácica aguda não traumática devam ser submetidos a avaliação eletrocardiográfica na admissão na sala de emergência e ECG's seriados caso a causa da dor torácica não seja imediatamente definida como não cardíaca.

É importante ressaltar que a mortalidade de pacientes com Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), que são inadvertidamente liberados das unidades de emergência, gira em torno de 25%, ou seja, mais que o dobro daquela esperada nos casos com diagnóstico preciso e terapêutica adequadas. Estes dados demonstram a importância da adequada interpretação do ECG, e sua correlação com os demais aspectos clínicos na sala de emergência.

Um exame não-invasivo, indolor, rápido e eficaz, o ECG oferece informações estratégicas que podem fazer toda diferença no diagnóstico e na condução terapêutica dos pacientes atendidos em um setor de urgência e emergência, e pode auxiliar na prevenção de problemas cardíacos, sendo diagnosticado precocemente nos serviços de Atenção



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

Primária e prescrito o tratamento adequado.

Diante do contexto supracitado, importa destacar ainda a relevância da presente contratação, quando considerada a modalidade do atendimento, por meio da telemedicina cardiológica, haja vista que esta se caracteriza pela integração entre o conhecimento médico e a tecnologia, cujas barreiras geográficas são transpostas. Desta forma, além de possibilitar maior agilidade no atendimento, acarretando o descongestionamento do atendimento de emergência do serviço público de saúde, possibilita também maior rapidez na definição do diagnóstico de uma cardiopatia, bem como a prescrição do tratamento no menor tempo possível. Apresenta-se ainda como vantagem a otimização dos recursos, sejam financeiros, humanos e de tempo.

3. DA MOTIVAÇÃO E AGRUPAMENTO DOS ITENS POR LOTE

3.1. Tem por objetivo atender a demanda da Secretaria Municipal da Saúde - SEMUSA e órgãos dentro do município de Ituberá - BA.

3.2. A opção da Administração pelo julgamento de menor preço global decorre da semelhança e compatibilidade entre os itens, sendo que o agrupamento dos itens é econômica e tecnicamente viável, mantendo a competitividade necessária a disputa e mantendo a integralidade do objeto pretendido, a celeridade e a vantajosidade na contratação.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

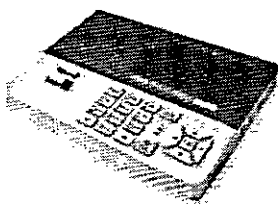
ÓRGÃO:	11.000	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
UNIDADE:	11.020	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.122.30.2.130	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SEC. MUN. DE SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.301.30.2.139	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
PROJ/ATIVIDADE:	10.302.30.2.133	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
PROJ/ATIVIDADE:	10.302.30.2.205	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITUBERÁ



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

ELEMENTO DE DESPESA:	DE	33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTES DE RECURSOS	DE	1.500.1002 / 1.635.0000 / 1.600.0000/1.621.0000/ 1.707.0000	

5. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

SERVIÇOS HOSPITALARES - LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.	VLR UNIT.MÉD PREÇO MÊS	VLR TOTAL MÉD PREÇO MÊS
1	<p>EMIÇÃO DE LAUDOS DE EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA A DISTÂNCIA VIA INTERNET, FORNECIMENTO DE ATÉ 190 (EXAMES E LAUDOS) POR MÊS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO COMPOSTO 12 (DOZE) DERIVAÇÕES SIMULTÂNEAS, VERSÃO MESA, DEVERÁ TRABALHAR EM TEMPO REAL E COM ENTRADA DO PACIENTE ISOLADA EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR IEC 60601-1 E NBR IEC 60601-2-25; DEVERÁ TER CLASSE II DE SEGURANÇA ELÉTRICA DO PACIENTE, PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA DE DESFIBRILADORES - CLASSE DE PROTEÇÃO BF CONFORME NBR - IEC 601-2-25, E QUE DISPENSE O USO DE FIO DE ATERRAMENTO. COM SOFTWARE COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 OU SUPERIOR E FILTROS DIGITAIS QUE GARANTEM MAIOR QUALIDADE PARA O TRAÇADO. ESSE EQUIPAMENTO PERMITE A REALIZAÇÃO COMPUTADORIZADA DE ELETROCARDIOGRAMAS, ASSIM COMO SUA MONITORAÇÃO, REGISTRO E ARQUIVAMENTO. POSSUIR SOFTWARE DE ENVIO AUTOMÁTICO DE EXAMES E RECEBIMENTO DE LAUDO VIA INTERNET ARMAZENANDO ESSES DADOS EM NUVEM, DISPENSANDO A NECESSIDADE DE ANEXAR EXAMES E ENVIÁ-LOS VIA E-MAIL "MANUALMENTE", OU DE ENVIÁ-LOS POR TELEFONE/FAX.</p>  <p>Eletrocardiógrafo ECG com 12 derivações EM COMODATO.</p>	MÊS	4	R\$ 2.365,97	R\$ 9.463,88

(73) 3256-8100

✉ administracao@ituberba.ba.gov.br / secadm@ituberba.ba.gov.br

📍 Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 - Ituberá - Bahia



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

VALOR GLOBAL MÉDIO	R\$ 9.463,88
--------------------	--------------

5.1. O valor global estimado para contratação será R\$ 9.463,88 (Nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos);

5.2. Composição de Preço realizada por GEYZA KÁTIA MARQUES PASCOAL – Superintendente Municipal Gestão da Atenção Básica que teve como Base de Referência e média aritmética de preços realizada no dia 13/08/2024 e 15/08/2024, por meio do Sistema Banco de Preço, portanto, compatíveis com valores praticados no mercado.

6. CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços seguirá um formato parcelado, ajustando-se às necessidades da CONTRATANTE. Cada etapa de entrega do serviço será programada conforme as exigências.

6.2. Fornecer laudos de tele diagnósticos em quantidades equivalentes as demandas da Secretaria de Saúde do Município em tempo hábil, os laudos serão realizados à distância por meio da telemedicina, o que garantirá maior agilidade no diagnóstico de uma cardiopatia, além de possibilitar a prescrição de um tratamento no menor tempo possível.

6.3. A fiscalização e aceitação do objeto serão conduzidas pela secretaria responsável pelos atos de controle e administração do contrato resultante do processo de dispensa de licitação. Servidores da Unidade Administrativa, indicados pela Secretaria, serão encarregados dessa tarefa.

6.4. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório, contratos ou instrumentos equivalentes. Devendo ser substituídos e/ou refeitos no prazo de 06 (seis) horas, a contar da data da notificação pela CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os serviços deverão ser de qualidade, em total atendimento aos protocolos de saúde exigidos em vigor. Sendo que a prestação dos referidos serviços serão supervisionados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ - BA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

6.6. A CONTRATADA deverá, durante a prestação dos serviços, atender as exigências



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

das condições de segurança.

6.7. A entrega e execução do objeto desta dispensa de licitação, deverá ocorrer de acordo com as solicitações, durante o período de vigência da mesma, que é de 12 (doze) meses.

6.8. A empresa contratada deve disponibilizar, ao Hospital Municipal Dr. da Costa Pinto Dantas, equipamento completo para realização de Eletrocardiograma com 12 derivações instantâneas e D2 longo, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em regime de comodato, bem como os seguintes equipamentos igualmente em regime de comodato:

6.9. A instalação não poderá ser realizada de forma remota (online), devendo ocorrer de forma PRESENCIAL.

6.10. Será obrigação da CONTRATADA o treinamento e capacitação de todos os funcionários envolvidos na feitura dos Eletrocardiogramas (Enfermeiros (as) ou Técnicos (as) e auxiliares (as) de Enfermagem).

6.11. O treinamento não poderá ser realizado de forma remota (online), devendo ocorrer de forma PRESENCIAL.

6.12. Laudos de rotina devem ser respondidos em até 12 horas e Laudos de emergência devem ser respondidos em até 30 minutos assim que comunicados.

6.13. Mensalmente, a CONTRATADA deverá enviar um relatório faturado dos atendimentos por unidade à PREFEITURA contendo: Local onde o exame foi realizado / Nome do paciente / data de nascimento / data de envio da solicitação de laudo / data do laudo / total por unidade.

6.14. Plantão no horário de funcionamento do Hospital Municipal de Ituberá-BA vinte e quatro horas por dia (24 HS) ininterruptas de trabalho, todos os dias, para a feitura de ECG de rotina e urgência, se houver.

7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

7.6.1 Habilitação Jurídica, Fiscal Econômica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com dirigentes ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;
- c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);
- f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Cópia da Cédula de Identidade (RG) dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades;
- i) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Fornecedor;
- j) Certidão Negativa de Falência e Recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa jurídica emitida até 60 (dias) dias antes da data de autuação.
- k) Declaração do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa, conforme descrito no Ar. 68, inciso VI da Lei 14.133/2021.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento ocorrerá através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 8.3. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos itens, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
 - 9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 A contratada deverá prestar assistência técnica sobre o equipamento em comodato sempre que identificadas quaisquer falhas ou quando requerido pelo contratante. Constatando-se na visita técnica que o problema ocorrido causou prejuízos aos serviços de emissão de laudos de Eletrocardiograma (ECG) ou equipamento (Aparelho Eletrocardiógrafo) e, fora de única e exclusiva responsabilidade da COMODATÁRIA, esta será obrigada a reparar o prejuízo.

10.3 A instalação, manutenção do equipamento será por conta da contratada observadas as condições do ambiente bem como condições técnicas necessárias à correta instalação do equipamento.

10.4 Responsabilizar-se quanto à origem do equipamento instalado, devendo todos os mesmos serem comprovadamente homologados pela ANVISA-Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

10.5 Fornecer laudo diagnóstico através do aparelho para cada paciente. É desejável manter o registro de laudos fornecidos bem como o registro dos pacientes;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- 10.6 Disponibilizar um prontuário on-line na internet alimentando diariamente com informações dos pacientes, apresentando laudos de eletrocardiograma com alterações importantes;
- 10.7 Capacitar os funcionários do Hospital Municipal de Saúde, (médicos, enfermeiros e auxiliares indicados pela contratante) para operação dos equipamentos e sistema de consulta objeto do serviço ora contratado,;
- 10.8 Efetuar a entrega do objeto, coforme especificações, prazos e local constantes no Termo de Referência;
- 10.9 Prestar toda e qualquer manutenção nos sistema operacional e equipamento de igual ou superior qualidade, para não comprometer o andamento do serviço;
- 10.10 Estabelecer padrão de revelação 24 horas, dos casos que requeiram intervenção diagnóstica através de condutas médicas;
- 10.11 efetuar a entrega do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.12 efetuar a entrega do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.13 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.14 comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.15 manter, durante toda a execução do contrato, em compabilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na data de apresentação de proposta;

11 DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
- 11.2 Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

11.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

11.4 O relatório de cumprimento dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

11.5 Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do termo de referência sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

13 DA VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência será até 31 de dezembro de 2024, a partir da data de assinatura, do ato que autoriza a contratação, e/ou do contrato quando for o caso.

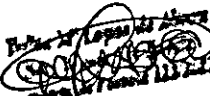
14 DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.10 Presente termo de referência foi elaborado por GEYZA KÁTIA MARQUES PASCOAL - Superintendente Municipal Gestão da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde e por TALITA MARIA LOPES DE ABREU – Secretária Municipal da Saúde.

Ituberá-BA, 15 agosto de 2024.


Geiza Kátia M. Pascoal
Superint. Municipal Gestão
Atenção Básica
Decreto de Presidência nº 277/2022
GEYZA KÁTIA MARQUES PASCOAL

Superintendente Municipal Gestão da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde


Talita Maria Lopes de Abreu
Secretaria Municipal da Saúde

TALITA MARIA LOPES DE ABREU

Secretária Municipal da Saúde



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE VALOR Nº 036/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA, DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA (ECG), POR TELEMEDICINA A (DISTÂNCIA VIA INTERNET), COM UM EQUIPAMENTO EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SEMUSA DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ-BA.

PROPOSTA:

SERVIÇOS HOSPITALARES						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VLR UNIT.MÉD PREÇO	VLR TOTAL MÉD PREÇO
1	EMISSÃO DE LAUDOS DE EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA A DISTÂNCIA VIA INTERNET, FORNECIMENTO DE ATÉ 190 (EXAMES E LAUDOS) POR MÊS. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO COMPOSTO 12 (DOZE) DERIVAÇÕES SIMULTÂNEAS, VERSÃO MESA, DEVERÁ TRABALHAR EM TEMPO REAL E COM ENTRADA DO PACIENTE ISOLADA EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS NBR IEC 60601-1 E NBR IEC 60601-2-25; DEVERÁ TER CLASSE II DE SEGURANÇA ELÉTRICA DO PACIENTE, PROTEÇÃO CONTRA DESCARGA DE DESFIBRILADORES - CLASSE DE PROTEÇÃO BF CONFORME NBR - IEC 601-2-25, E QUE DISPENSE O USO DE FIO DE ATERRAMENTO. COM SOFTWARE COMPATÍVEL COM WINDOWS 10 OU SUPERIOR E FILTROS	MÊS	4		R\$	R\$



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

DIGITAIS QUE GARANTEM MAIOR QUALIDADE PARA O TRAÇADO. ESSE EQUIPAMENTO PERMITE A REALIZAÇÃO COMPUTADORIZADA DE ELETROCARDIOGRAMAS, ASSIM COMO SUA MONITORAÇÃO, REGISTRO E ARQUIVAMENTO. POSSUIR SOFTWARE DE ENVIO AUTOMÁTICO DE EXAMES E RECEBIMENTO DE LAUDO VIA INTERNET ARMAZENANDO ESSES DADOS EM NUVEM, DISPENSANDO A NECESSIDADE DE ANEXAR EXAMES E ENVIÁ-LOS VIA E-MAIL "MANUALMENTE", OU DE ENVIÁ-LOS POR TELEFONE/FAX.					
VALOR TOTAL					R\$

Valor Global da oposta R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX);

Validade da Proposta 60 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Razão social;

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Aviso de Dispensa de licitação xx/2024.

Cidade, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Responsável CPF:

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

☎ (73) 3256-8100

✉ administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br

📍 Rua Coronel Barachísio Lisbôa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 - Ituberá - Bahia



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ**

ANEXO III

DISPENSA DE VALOR Nº 036/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº
xxx/2xxx, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO
DE ITUBERÁ - BA, POR INTERMÉDIO DO (A)
XXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXX.**

MUNICIPIO DE XXX, por intermédio do(a) XXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, na cidade de xxxxx/Estado xx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado(a) pelo(a) xxxxxxxxxxxx, e pelo(a) doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxxxxxx inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediado(a) na XXXXXXXX, em xxxxx/Estado xx doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxx, expedida pela (o) xxxxx, e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, tendo em vista o que consta no Processo nº 0XX/2XXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo de Dispensa Nº nº XX/2XXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de XXXXXXXXXX**
- 1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de execução do objeto constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante do processo de contratação direta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Os serviços seguirá um formato parcelado, ajustando-se às necessidades da CONTRATANTE. Cada etapa de entrega do serviço será programada conforme as exigências.
- 2.2. Fornecer laudos de tele diagnósticos em quantidades equivalentes as demandas da Secretaria de Saúde do Município em tempo hábil, os laudos serão realizados à distância por meio da telemedicina, o que garantirá maior agilidade no diagnóstico de uma cardiopatia, além de possibilitar a prescrição de um tratamento no menor tempo possível.
- 2.3. A fiscalização e aceitação do objeto serão conduzidas pela secretaria responsável pelos atos de controle e administração do contrato resultante do processo de dispensa de licitação. Servidores da Unidade Administrativa, indicados pela Secretaria, serão encarregados dessa tarefa.
- 2.4. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório, contratos ou instrumentos equivalentes. Devendo ser substituídos e/ou refeitos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação pela CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 2.5. Os serviços deverão ser de qualidade, em total atendimento aos protocolos de saúde exigidos em vigor. Sendo que a prestação dos referidos serviços serão supervisionados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ - BA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.
- 2.6. A CONTRATADA deverá, durante a prestação dos serviços, atender as exigências das condições de segurança.
- 2.7. A entrega e execução do objeto desta dispensa de licitação, deverá ocorrer de acordo com as solicitações, durante o período de vigência da mesma, que é de 12 (doze) meses.
- 2.8. A empresa contratada deve disponibilizar, ao Hospital Municipal Dr. da Costa Pinto Dantas, equipamento completo para realização de Eletrocardiograma com 12 derivações instantâneas e D2 longo, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em regime de comodato, bem como os seguintes



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

equipamentos igualmente em regime de comodato:

- 2.9. A instalação não poderá ser realizada de forma remota (online), devendo ocorrer de forma PRESENCIAL.
- 2.10. Será obrigação da CONTRATADA o treinamento e capacitação de todos os funcionários envolvidos na feitura dos Eletrocardiogramas (Enfermeiros (as) ou Técnicos (as) e auxiliares (as) de Enfermagem).
- 2.11. O treinamento não poderá ser realizado de forma remota (online), devendo ocorrer de forma PRESENCIAL.
- 2.12. Laudos de rotina devem ser respondidos em até 12 horas e Laudos de emergência devem ser respondidos em até 30 minutos assim que comunicados.
- 2.13. Mensalmente, a CONTRATADA deverá enviar um relatório faturado dos atendimentos por unidade à PREFEITURA contendo: Local onde o exame foi realizado / Nome do paciente / data de nascimento / data de envio da solicitação de laudo / data do laudo / total por unidade.
- 2.14. Plantão no horário de funcionamento do Hospital Municipal de Ituberá-BA vinte e quatro horas por dia (24 HS) ininterruptas de trabalho, todos os dias, para a feitura de ECG de rotina e urgência, se houver.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 3.1. O prazo de vigência será apartir da sua assinatura até XX de XXX de 202X.
- 3.2. A contratada deverá iniciar a execução do objeto no prazo de xx (xxx) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, e emissão da Ordem Fornecimento autorizando o Início;
- 3.3. O presente instrumento poderá ser prorrogado, desde que haja concordância das partes e seja observado o disposto do art. 107 da Lei 14.133/2.021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

- 4.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de XXX (XXXXXX) dias é de R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXX).
- 4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3. Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.3.1. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), válido no momento da aplicação do reajuste.

4.3.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.3.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.4. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

4.6. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

SECRETARIA:	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
UNIDADE:	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PROJ/ATIVIDADE	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ELEMENTO DE		
DESPESA	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
FONTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	

4.7. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da CONTRATADA:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6. a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 6.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
 - 6.1.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- 6.1.1.3. Os produtos deverão ser de 1ª (primeira) qualidade e atender a legislação vigente.
- 6.1.1.4. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.1.5. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 6.1.1.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.1.1.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na data de apresentação de proposta;
- 6.1.1.8. Não será permitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento ocorrerá através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo primeiro, da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 7.3. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos itens, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e das demais normas complementares aplicáveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- 8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 9.1. A entrega dos produtos será feita conforme o Termo de Referência e demais anexos, incluindo a Proposta de Preço que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2. A entrega dos produtos, objeto deste contrato, deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4. O objeto contratual será recebido mediante fornecimentos dos produtos e após verificação pela contratnte, que, após conferência, atestará se os produtos foram entregues a contento, atestado esse, que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

9.5. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.
- 10.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.
- 10.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.
- 10.4. O relatório de cumprimento e entrega dos itens será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos.
- 10.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do termo de referência sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- c) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

12.2.1. CONTRATANTE: XXXXXXXX

12.2.2. CONTRATADA: XXXXXXXX



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, objetos distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pela cláusula décima deste contrato

12.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o Termo de Referência que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada DISPENSA DE LICITAÇÃO nº XXX/XX sob DFD N.º XXXXX/2024 do processo administrativo nº XXX/2024

12.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão ao descrito na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução do objeto desta contratação e, especialmente, aos casos omissos.

12.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

13.2. E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

Ituberá - BA, XX de .XXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXX
XXXXXXX
CPF Nº XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

1 – Testemunha

2 – Testemunha

Nome: _____

Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ

ANEXO IV
DISPENSA DE VALOR Nº 036/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

DECLARAÇÃO QUE COMPROVE A INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA.

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE COMPROVE A INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA (Lei n.º 9.854/99)

A

Prefeitura Municipal de Ituberá - BA

Ref.: Dispensa de Licitação N.º XXX/2024

A empresa, inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, **DECLARA**, para fins do disposto no Inciso VI do art. Ar. 68 da Lei n.º 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, c/c o Inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e data

Assinatura do Representante Legal
Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....

☎ (73) 3256-8100

✉ administracao@itubera.ba.gov.br / secadm@itubera.ba.gov.br
📍 Rua Coronel Barachísio Lisboa, n. 91, Centro. CEP: 45.435-000 - Ituberá - Bahia